

IMIGRAÇÃO

Os fluxos imigratórios que envolveram o Brasil na Primeira República foram os mais expressivos do período que se estende do século XIX ao XX: entre 1889 e 1930 ingressaram no país mais de 3,5 milhões de estrangeiros, o que corresponde a 65% do total de imigrados entre 1822 e 1960.

No período republicano, o Brasil se encontrou plenamente no contexto migratório mundial de massa, ao lado dos Estados Unidos e da Argentina, constando como o terceiro receptor de imigrantes nas Américas, ainda que com um volume de entradas bem inferior. Diferentemente desses dois países, a imigração no Brasil foi caracterizada por uma inserção prevalente de tipo rural, espelhando uma política imigratória pautada na economia brasileira de então, particularmente voltada para a agroexportação e com um processo de industrialização incipiente, menos enraizado que o argentino e estadunidense. Cerca da metade dos imigrantes voltou para seu país, dado parecido com os dos Estados Unidos e da Argentina, que não pode ser tomado como uma expressão negativa inequívoca da experiência imigratória no seu complexo.

O estado de São Paulo foi a principal região de atração de imigrantes no Brasil (57% do total dos estrangeiros entrados no país), dentro de uma tripartição histórico-geográfica da imigração constituída por: 1) uma região central fortemente atrativa, os estados do Sudeste, caracterizada pelo sistema agroexportador, mas também pela incipiente industrialização e pela franca expansão urbana; 2) uma região de atração importante, mas secundária, os estados do Sul, com consistentes núcleos coloniais rurais formados por pequenos proprietários e urbanização recente e mais rarefeita; 3) a macrorregião dos estados do Norte e Nordeste, onde a inserção dos estrangeiros foi quase exclusivamente urbana, mas muito pouco significativa no seu complexo e em relação ao resto do país, embora importante para as dinâmicas econômicas, sociais e culturais das grandes cidades.

Na região Sudeste, além do estado de São Paulo e bem distanciados deste, foram o Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro que atraíram o maior número de imigrantes,

destacando-se sobretudo a imigração urbana para a capital federal. Em Minas Gerais os fluxos imigratórios se direcionaram quase exclusivamente para o sul do Estado, funcionando como uma extensão do sistema paulista. No Espírito Santo, a imigração, mais escassa e pontual, foi sobretudo o resultado da política de colonização rural com pequenos proprietários de origem alemã e italiana nas regiões serranas.

A região Sul foi caracterizada sobretudo pela imigração subvencionada para a formação de núcleos coloniais de pequenos proprietários em regiões específicas dos três estados. A grande maioria dos estrangeiros que imigraram para o Sul foi para o Rio Grande do Sul e particularmente para a região serrana.

Em 1920, após os anos de estagnação da Primeira Guerra Mundial e o crescimento dos fluxos de retorno ao país de origem, as principais unidades com presença estrangeira considerável eram São Paulo (18% da população), Distrito Federal (20%) e Rio Grande do Sul (7%).

Os fluxos de entrada não foram uniformes ao longo das primeiras quatro décadas republicanas, prevalecendo a última década do século XIX (quando entraram 35% dos imigrantes). A primeira década do século XX, ao contrário, foi a que recebeu a proporção menor (19%).

Do ponto de vista étnico, todos os grupos nacionais europeus foram representados; entre os asiáticos, quase somente japoneses e sírio-libaneses. Destaca-se um núcleo mediterrâneo europeu preponderante formado por italianos (o maior grupo de imigrantes no Brasil nesse período, quase 1,3 milhão, 35% do total), portugueses (28%) e espanhóis (14%) – isto é, quase 8 de cada 10 imigrantes era originário desses três países. Os alemães, quarto maior grupo, constituíram 4% do total, e os japoneses 3,5%. No restante, houve uma grande variedade, na qual prevaleceram os sírio-libaneses, seguidos por poloneses, ucranianos, húngaros, lituanos, austríacos de língua alemã e judeus da Europa oriental. Todos esses grupos se instalaram em todas as regiões brasileiras interessadas, mas houve algumas diferenças.

Os italianos foram prevaletentes em todo estado de São Paulo, em Minas e nos três estados

sulinos, mas eram superados pelos portugueses nas cidades do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife. Os italianos imigraram para o Brasil sobretudo no período 1889-1903, no auge da imigração subvencionada para os latifúndios paulistas, mineiros e fluminenses e para os núcleos e colônias do sul, enquanto nas décadas seguintes foram os portugueses que prevaleceram. No caso paulista, os italianos continuaram sendo o principal grupo imigrante durante todo o período 1890-1930. Os japoneses só começaram a chegar a partir de 1908, enquanto os sírio-libaneses e os alemães, outros dois grupos minoritários, imigraram com fluxos constantes ao longo de todo o período. Todos os grupos utilizaram a imigração subvencionada, que foi absolutamente prevalecente no caso de italianos e espanhóis, mas para alguns, notadamente os portugueses e sírio-libaneses, o número de imigrantes espontâneos foi sempre muito alto e largamente majoritário na maior parte do período.

A IMIGRAÇÃO RURAL

Os antecedentes da imigração no Brasil remontam ao período imperial, quando, na ótica da extinção do trabalho escravo, começou a ganhar espaço a ideia de que a implementação do trabalho livre no país deveria recorrer à importação de mão de obra estrangeira (durante o Império tinham chegado cerca de 900 mil imigrantes). Principalmente, duas ordens de motivos levaram a abrir o país para receber contingentes de imigrantes: uma política eugenética de europeização da população e a necessidade de disponibilidade maciça de mão de obra para uma expansão rápida de um dos principais setores da agroexportação, o café. Esta última consideração pesou mais que a primeira, de cunho cultural, uma vez que parecia mais viável um sistema de captação de trabalhadores estrangeiros do que a ativação de um processo de migrações internas para conseguir as melhores condições do mercado de trabalho: abundância da oferta de mão de obra e sua concentração localizada no tempo e no espaço, de modo que fosse possível, ao mesmo tempo, selecionar qualitativamente os trabalhadores, pressionando para baixo os salários e limitando a oferta geral em torno das condições de vida e de trabalho fixadas nos contratos. Esses princípios gerais orientaram profundamente a política imigratória da República e de

forma mais incisiva e sistemática que durante o Império, durante o qual as primeiras entradas de imigrantes ocorreram com tentativas esparsas de estabelecimento de núcleos coloniais geridos pela União e pelos governos provinciais em diversas províncias do Sul e Sudeste, acompanhadas por pontuais e malogradas experiências de inserção de trabalhadores livres de origem europeia na lavoura da cana e do café em expansão, por parte de particulares, através de contratos de parceria. Considerados esses fracassos, o principal grupo de pressão interessado na inserção de trabalhadores livres estrangeiros, constituído pelos fazendeiros paulistas, particularmente aqueles ligados ao complexo cafeeiro, reorientou a política imigratória ao longo da década de 1880, elaborando um sistema de imigração subvencionada e controlada que previa a concessão gratuita da passagem e da moradia e a concentração dos imigrantes em hospedarias, para que fossem direcionados principalmente aos latifúndios das principais regiões rurais do Sudeste. Essa política se manteve e se reforçou ao longo de toda a Primeira República, caracterizando fortemente o tipo de imigrante e de processo imigratório no país. A grande maioria dos imigrantes chegou dessa forma ao Brasil, diversamente dos outros países americanos, onde praticamente só havia imigração espontânea. Calcula-se que no estado de São Paulo 58% dos imigrantes chegaram a ter sua passagem subvencionada, com uma ponta de 80% entre 1889 e 1900. Quase exclusivamente subvencionada foi também a imigração para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Fundamentalmente, dois tipos de instituições subvencionaram os fluxos imigratórios durante a Primeira República: os governos estaduais e o governo federal.

A federalização que adveio com a República fez com que os estados pudessem realizar e financiar uma política imigratória própria, mas isso foi realmente possível por um tempo continuado somente para o estado de São Paulo e, parcialmente, para o Rio Grande do Sul, no primeiro caso possibilitando uma verdadeira imigração de massa. Todos os outros estados interessados nas políticas migratórias não conseguiram sustentá-las autonomamente por longos períodos e tiveram que recorrer à ajuda da União, que no entanto não financiou a imigração durante boa parte da primeira década do século XX, enquanto na década anterior

o fez de forma muito inferior ao governo do estado de São Paulo. A política do governo federal contrastava com a do governo paulista, sendo a primeira voltada quase exclusivamente para o fomento de imigração para a formação da pequena propriedade, e a segunda voltada para fornecer mão de obra ao complexo cafeeiro.

A criação de núcleos coloniais organizados e financiados pelo governo federal e pelos estados continuou também com o advento da República, sendo os núcleos geridos pelos governos estaduais, mas constituiu uma parte não significativa diante da imigração subvencionada de massa voltada para as grandes fazendas, a não ser nos estados sulinos e no Espírito Santo, onde respondia à exigência, vinda de políticas anteriores do período imperial, de fixação de núcleos populacionais estáveis em áreas escassamente povoadas, que funcionassem como abastecedores do mercado interno urbano e de colonização de regiões fronteiriças. Núcleos coloniais foram criados também em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, mas se perdiam no mar magno do latifúndio. Como somente nos núcleos coloniais era possível, para o estrangeiro imigrante, obter a propriedade da terra desde o início (que ele devia quitar com o tempo), evidentemente prevaleceu no Brasil uma política imigratória que, ao barrar, impedir ou obstaculizar a pequena propriedade difusa, criava ciente um reservatório de mão de obra rural funcional para o complexo latifundiário e agroexportador centrado no estado de São Paulo.

O perfil do imigrante típico no Brasil foi o do camponês europeu pobre, vindo junto com seu núcleo familiar para se estabelecer no país, na zona rural, a longo prazo ou definitivamente, diversamente da Argentina e dos Estados Unidos, onde foi muito mais significativa a imigração temporária, para ambientes urbanos, de homens que chamavam ou iam buscar sua família e retornavam ao país de imigração num segundo momento.

Os latifundiários não podiam, nem queriam, nem conseguiram, sobretudo a partir da diminuição do preço do café no fim do século XIX e das primeiras crises de superprodução, absorver toda a mão de obra imigrada ou retê-la. Ao mesmo tempo, ficou patente, para os imigrantes que vieram nas primeiras grandes levas ao longo da década de 1890, que o sonho do acesso à propriedade da terra, imaginado e astutamente propagandeado pelos

agentes dos fazendeiros, permanecia um sonho, pelo menos no curto prazo. Em 1905, 87% do valor das terras paulistas ainda estavam em mãos de brasileiros, embora esse total tenha diminuído para 63% em 1920. A isso se juntava toda uma série de condições de vida e de trabalho pouco atrativas, a começar por uma cultura difusa de maus tratos nas fazendas e de desatendimento das condições fixadas nos contratos de colonato entre fazendeiros e lavradores imigrados, além do isolamento vivenciado e das doenças que desfalcavam os salários.

Consequentemente, além dos retornos à terra natal e das lutas por melhoria dos salários e das condições de trabalho, a resposta dos imigrantes compreendeu também: 1) a migração secundária para os principais centros urbanos do estado de São Paulo, para a capital federal e para as pequenas cidades de Minas Gerais; 2) o descrédito do Brasil como país receptor de imigrantes, através da veiculação de impressões negativas pelas redes familiares e regionais de imigração. Esta última reação foi mais eficaz que a propaganda em prol ou a contrapropaganda de outros países, como a Argentina (competidora do Brasil no mercado global de oferta de mão de obra), para que o país se tornasse fundamentalmente pouco atrativo aos olhos de possíveis imigrantes, o que obrigou a União, mas sobretudo o governo de São Paulo, a procurar cada vez novos países dentro e fora da Europa, onde encontrar imigrantes. Em parte, essa postura difusa dos imigrantes foi acompanhada pelas proibições da emigração subvencionada para o Brasil por parte dos principais países de origem dos emigrantes (Itália, 1902; Espanha, 1908), mas é importante salientar que a ação dos próprios imigrantes, como expressão de resistência à exploração, antecedeu a legislação.

Os historiadores recentemente identificaram também nesses conflitos de classe, e não somente na economia menos pujante que a estadunidense e a argentina, a menor atração que o Brasil exerceu como país de imigração. A possibilidade de se tornarem pequenos proprietários no Brasil, vislumbrada antes da experiência real de vida no país, era um excelente fator de atração para milhões de camponeses europeus sem terra ou em processo de deterioração dos seus contratos de parceria ou, ainda, em vias de perder suas pequenas propriedades. O Brasil parecia permitir a possibilidade de fugir do espectro da fome e da

dependência, de quebrar os laços de subalternidade originários, de preservar ou adquirir a condição de camponês independente, de salvaguardar a cultura camponesa, o núcleo familiar e as redes parentais e comunitárias, ainda que estas tivessem que ser reproduzidas em um contexto desconhecido. Por isso mesmo, era também depositário de muitas esperanças de uma nova vida distante dos problemas ínsitos na urbanização. Todas essas esperanças foram, evidentemente, frustradas, para a grande maioria dos imigrantes, menos para os que foram para os núcleos coloniais, onde a propriedade e independência sonhadas foram geralmente adquiridas, ainda que com sacrifícios enormes, não isentos de desigualdades e fracassos individuais e coletivos.

A IMIGRAÇÃO URBANA

Se o principal foco de atração e fluxo migratório no Brasil teve características explicitamente rurais, a imigração urbana não pode ser desconsiderada, pois tornou-se evidente, desde o início da imigração de massa, que o crescimento das cidades em todas as regiões do país interessadas no fenômeno migratório estava ligado à vinda de população estrangeira. A imigração urbana foi basicamente de dois tipos: 1) indireta, como fluxo secundário de estrangeiros provenientes das áreas rurais onde se tinham fixado num primeiro momento; 2) direta, como fluxo primário de imigrantes que logo na entrada se fixavam nas áreas urbanas. A partir dos últimos anos do século XIX, a primeira começou a se realizar concomitantemente à segunda, aumentando progressiva e consideravelmente durante a primeira década do século XX.

A imigração indireta foi sobretudo resultado do êxodo de imigrantes insatisfeitos com as condições de trabalho ou em excesso nas áreas rurais de latifúndios e, de forma menor, de estrangeiros dos núcleos coloniais rurais, por motivos semelhantes. A cidade proporcionava também oportunidades de ascensão social, e maiores possibilidades para a educação e a saúde. Não poucas vezes o retorno à pátria de origem, saindo das áreas rurais brasileiras, passava por um período de trabalho nos centros urbanos.

Paralelamente, ocorreu também uma imigração urbana direta, como nos EUA e na

Argentina, que foi caracterizada pela vinda de dois tipos de emigrantes, urbanos e rurais. Muitos camponeses, graças às suas redes, já tinham tomado consciência da impossibilidade de adquirir aquela independência sonhada ou de sobreviver no mundo do latifúndio ou dos núcleos coloniais, e portanto se utilizaram da imigração subvencionada do próprio grupo familiar, tendo como objetivo só uma breve permanência na fazenda para em seguida migrar para as cidades onde eram esperados ou onde sabiam que existia uma rede de parentes e patrícios dos mesmos vilarejos, e onde se inseriam com uma certa rapidez no mercado de trabalho urbano, muitas vezes porque essas mesmas redes controlavam o acesso a certos nichos de mercado. Não poucas vezes, sempre graças a esses contatos, era dispensada desde o início a passagem pela fazenda, com a fuga súbita das hospedarias.

Ao mesmo tempo, funcionaram cadeias migratórias previamente constituídas entre áreas rurais específicas da Europa, sobretudo meridional, e grupos já urbanizados no Brasil, originários daquelas regiões, sem se utilizar do subterfúgio da imigração subvencionada. Assim também, desde o início da imigração de massa houve importantes cadeias migratórias entre cidades, com a chegada de estrangeiros que já viviam em cidades nos seus países de origem.

As cidades brasileiras do Sul e Sudeste, algumas mais, outras menos, refletiram essa revolução étnico-demográfica desde os primeiros anos da República, tornando-se locais fundamentais de experiências transculturais cosmopolitas e centros agregadores de cada grupo étnico e nacional imigrado no país.

Em 1920, 2/3 da população da cidade de São Paulo eram compostos pelos imigrantes e seus filhos (35% eram estrangeiros natos, que entre 1890 e 1910 chegaram a compor, por diversos anos, mais da metade da população paulistana). A cidade do Rio de Janeiro tinha mais de 1/4 de estrangeiros, Porto Alegre 12%. Também as principais cidades do Norte contavam com uma população imigrada (em Recife mais de 4%, por exemplo).

Os embates étnicos foram certamente inferiores aos que tanto caracterizaram as cidades estadunidenses, mas não faltaram tensões, sobretudo nos anos iniciais da explosão urbana. Altas e súbitas concentrações de estrangeiros às vezes criaram atritos entre o governo

brasileiro e os governos dos países de onde eles provinham. Se a comum origem mediterrânea e latina da maior parte dos imigrantes atenuou conflitos de origem étnica entre eles e com as autoridades brasileiras, mais frequente foi o revestimento étnico de embates que tinham outras motivações, políticas, de classe ou intraclasse. Apesar da história e de muitos elementos culturais amplamente compartilhados, o grupo europeu mais confrontado tanto pela população como pela elite brasileira foi o português. Particularmente fortes foram os atritos entre afro-descendentes e imigrantes, sobretudo quando esses conflitos eram exacerbados pela luta no mercado de trabalho. Nas cidades onde os brancos prevaleceram esmagadoramente, como em São Paulo, os conflitos foram menos explícitos (mas não os atos de racismo), diferentemente de onde a população negra era muito consistente ou majoritária, como na capital federal e nas cidades mineiras. No âmbito dos estrangeiros, quando ocorriam dissídios, estes foram mais comuns entre portugueses, de um lado, e italianos e espanhóis, de outro, em São Paulo, Minas e Rio; e entre alemães e italianos, ou destes com os escravos nos estados sulinos. As comunidades estrangeiras eram também divididas internamente, sobretudo os italianos e espanhóis, caracterizados por fortes e contrastantes regionalismos, mas mais frequentemente por diferenças de classe.

Na imigração urbana havia todo tipo de estratificação social interna nos grupos imigrados: ao lado de empresários, comerciantes e profissionais liberais estrangeiros bem-sucedidos, havia seus patrícios operários, artesãos, vendedores ambulantes. Entre os primeiros, não poucos foram os que chegaram como trabalhadores urbanos ou até rurais, mas a maioria geralmente chegava ao Brasil com capitais ou como técnicos e administradores de firmas, ou ainda como membros de sólidas redes comerciais, procurando uma ascensão social e uma consolidação maior que não lhe eram possíveis no país de origem. No estado de São Paulo, em 1920, quase 65% das empresas eram de propriedade de estrangeiros. Para alguns, como portugueses, sírio-libaneses e alemães, a presença no empresariado e na classe média comercial era proporcionalmente consistente desde o início do processo migratório; tal não acontecia entre italianos e espanhóis, que tinham uma forte caracterização proletária,

particularmente os segundos, pois entre os italianos se destacava um número nada desprezível de industriais, alguns entre os mais importantes do país, como Matarazzo, Crespi e Siciliano. Ao lado de muitos trabalhadores imigrantes com experiências de trabalho urbano mais ou menos qualificado, a maioria dos operários e outras figuras dos tantos ofícios desempenhados na cidade por estrangeiros vinha de contextos rurais.

No movimento operário dos estados do Sul e Sudeste, a presença estrangeira se evidenciou diretamente nas lideranças sindicais e políticas, chegando a caracterizar fortemente todo o processo de formação da classe operária local, e se traduziu também publicação de uma miríade de jornais voltados para os trabalhadores, de diversas tendências (principalmente anarquistas, sindicalistas revolucionárias e socialistas). Isso levou o governo brasileiro a promulgar em 1907 a Lei de Expulsão de Estrangeiros envolvidos em liderança de greves, manifestações e organizações trabalhistas. Certamente, os fluxos migratórios e o fato de que os estrangeiros constituíam, dependendo dos setores e períodos, grandes minorias (como na capital federal) ou de 50 a 75% da força de trabalho (como em muitas cidades do Sul e Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, e sem considerar os filhos que já trabalhavam), chegando quase a monopolizar determinados ofícios, possibilitaram esse papel de destaque na construção do movimento operário e em geral na luta de classes.

Essa superexposição foi mais o resultado dessa expressão numérica no seio da classe do que de tradições culturais políticas, embora estas também tenham tido certa influência. A circulação de idéias e experiências que os imigrantes proporcionaram teve um peso indiscutível nesse processo, sobretudo no aspecto transnacional e da difusão de tendências políticas mais radicais e de ação direta, algumas bastante difusas nos países de origem, como Itália, Portugal e Espanha. Contudo, ainda que a militância pregressa ou a ligação e os contatos transnacionais com o movimento operário do país de origem ou com os patrícios emigrados em outras nações americanas e europeias tenham desenvolvido um papel importante na própria atuação no Brasil, a maioria dos imigrantes aqui aportados não vinha com uma bagagem de militância e de lutas. Estas geralmente eram construídas *in loco*, nas cidades brasileiras, em relação com as situações e a sociedade local, ainda que

tenham ocorrido em contextos migratórios caracterizados pela presença de redes e circularidades transnacionais.

Luigi Biondi

FONTES: *Anuário estatístico do Brasil 1955* (v.16); *Anuário estatístico do Brasil 1960* (v.21); BASSANEZI, M. *Atlas*; BASSANEZI, M. *Repertório*; *Brasil: 500 anos*; HALL, M. *Imigrantes* (p. 121-151); HOLLOWAY, T. *Imigrantes*; PETRONE, M. *Imigração* (v. 9, p. 104-146); TRENTA, A. *Do outro*.

IMPOSTO DE RENDA

Tributo criado em 1922 sobre a renda auferida por todas as pessoas e todas as empresas. Foi o primeiro imposto direto cobrado pelo poder central, pois, até sua criação, apenas as tarifas aduaneiras iam para os cofres federais, cabendo aos estados a cobrança de outros tributos. Foi uma criação da República, embora tenha havido tentativas de implantá-lo durante o Império. Ao ser criado, a alíquota máxima do Imposto de Renda era de 8% sobre a renda auferida.

Desde o Segundo Reinado, o fisco imperial cobrava tributos aos quais dava o nome de “imposto sobre rendimentos”. Mas só pagava quem recebia dos cofres públicos, com exceção dos militares. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), para fazer frente às despesas com o conflito, tentou-se implantar o imposto sobre habitação, mas o projeto não andou, assim como fracassou, em 1874, a cobrança de um imposto sobre a renda dos profissionais liberais ou autônomos ou da alíquota de 0,5% sobre os dividendos de sociedades anônimas. Na última década do Império, dom Pedro II, enfraquecido politicamente, suprimiu parte dos impostos.

O primeiro ministro da Fazenda republicano, Rui Barbosa, não conseguiu incluir o Imposto de Renda na Constituição de 1891, pois os constituintes deram a prerrogativa dessa cobrança aos governos estaduais. Rui Barbosa argumentava que o governo não poderia receber apenas os impostos da alfândega, mas os congressistas alegaram que a cobrança do Imposto de Renda feria ao princípio do federalismo, tese que caiu em 1909, quando os Estados Unidos da América, modelo do federalismo brasileiro, a adotaram. O governo precisava de uma fonte de renda que não o deixasse à mercê da produção cafeeira, especialmente a partir de 1914, quando a Primeira Guerra Mundial restringiu a circulação de mercadorias pelos mares.

Após a guerra, em 1920, o ministro da Fazenda, Homero Batista, retomou a tentativa de implantar o Imposto de Renda, e a iniciativa foi defendida na Câmara pelo deputado federal Mário Brant, da Comissão de Finanças. “Do ponto de vista fiscal, é o mais produtivo e o mais elástico; examinado sob o critério econômico é de todos os impostos o mais inócuo ao

desenvolvimento do país e, com taxas moderadas, antes o estimula. Encarado pelo aspecto ético, é o mais justo de todos”, argumentou ele.

Em 31 de dezembro de 1922, o Imposto de Renda foi instituído pelo artigo 21 da Lei de Orçamento nº 4.625. Previa alíquotas de 0,5% a 8% sobre os ganhos auferidos, esta última para rendas acima de quinhentos contos de réis. Rendas inferiores a 20 contos de réis estavam isentas. Havia ainda o problema da administração do imposto, e a solução coube ao engenheiro e tributarista Francisco Tito Sousa Reis, que em 1924 criou a estrutura que, a despeito das inovações tecnológicas, perdura até hoje.

O projeto de Sousa Reis previa a criação de um órgão específico para a cobrança do imposto aproveitando os funcionários do Tesouro Nacional, pois, segundo ele, “faltava a repartição, não o Homem”. Cada estado passou a constituir uma região do Imposto sobre a Renda, com uma Delegacia Regional nas capitais e Coletorias em outras cidades. Estas recolhiam as declarações de rendimentos e as enviavam à Delegacia Regional, que organizava as listas regionais cuja publicação indicava quanto cada contribuinte deveria pagar de imposto. Essas listas iam para as Delegacias Fiscais, que cobravam a quantia devida. Estavam previstos também Conselhos de Contribuintes nos estados, aos quais recorreria quem não concordasse com a cobrança imposta, mas tais conselhos nunca foram implantados.

O sistema não funcionou bem nos primeiros anos devido à novidade do tributo e recebeu modificações ao longo da década de 1920. A principal veio em 1926, quando se permitiu a dedução de despesas com dependentes: o cônjuge, os filhos menores ou inválidos, os pais acima de 60 anos, e as filhas solteiras ou viúvas sem arrimo. Mas até o fim da década a arrecadação e a base de contribuintes multiplicou-se. Em 1924, foram arrecadados 25.190 contos de réis, de 82.594 contribuintes. Em 1929, a arrecadação subiu para 68.908 contos de réis, e a base de contribuintes, para 298.807, mais de quatro vezes a inicial.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: Memória Federal (site da Receita Federal); MIRANDA, A. *Imposto*.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (IFOCS)

Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS). Em 1919 teve a palavra Federal acrescentada ao nome, e em 1945 passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

A IOCS foi o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região Nordeste. Sua criação ocorreu durante o governo do fluminense Nilo Peçanha, que exerceu a presidência da República por 17 meses (de junho de 1909 a novembro de 1910) e procurava formar sob sua liderança um eixo alternativo de poder que fizesse frente ao bloco hegemônico São Paulo-Minas Gerais. Criar um órgão para combater as secas no Nordeste do país representaria distribuir uma parcela do poder para os estados da região, que sofriam com o fenômeno. Nesse contexto, a IOCS nasceu fruto de uma articulação política que envolveu dirigentes dos estados do Nordeste e intelectuais preocupados com o embaraço que o atraso dos sertões representava para seu projeto de uma nação moderna.

O novo órgão direcionou suas ações iniciais para o reconhecimento científico do espaço sertanejo. O então ministro da Viação, o cearense Francisco Sá, escolheu para ser o primeiro inspetor-chefe do órgão o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, profundo conhecedor dos sertões e adepto da antropogeografia do alemão Friedrich Ratzel, cuja matriz entendia o progresso como uma ação coordenada entre homem e natureza. Arrojado Lisboa organizou administrativamente o órgão em três distritos com sede em Fortaleza, Natal e Salvador, que ficariam subordinados a uma seção central com sede na avenida Central, no Rio de Janeiro. Paulatinamente os cargos foram sendo entregues nas mãos de engenheiros.

Por conta da ausência de técnicos especializados no Brasil, a IOCS contou, nos seus primórdios, com a ajuda de cientistas estrangeiros, tais como o botânico sueco Alberto Lofgren e o geólogo americano Ralph Sopper, que percorreram a região semiárida entre

1909 e 1912 para fazer o reconhecimento científico do espaço. Esses cientistas produziram os primeiros estudos referentes ao problema das secas na região e apontaram eventuais soluções. Em 1911 a IOCS ganhou novo regulamento e adquiriu o caráter de órgão permanente através do Decreto nº 9.256, de 28 de dezembro.

Permanecendo como inspetor-chefe até meados de 1912, além de estimular estudos de caráter científico, Arrojado Lisboa se dedicou à construção de açudes e à perfuração de poços na região, na premissa de que a água traria o desenvolvimento aos sertões. Ao deixar o órgão em agosto daquele ano, foi substituído interinamente pelo subinspetor, o engenheiro cearense Aires de Sousa. Em 1913 assumiu o engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, que deslocou o foco das ações da IOCS do reconhecimento científico para o pragmatismo técnico, e da açudagem para a construção de rodovias. Foi sob seu comando que a IOCS passou por seu primeiro teste de fogo: a seca de 1915. Na ocasião, Aarão Reis foi investido pelo presidente Venceslau Brás de amplos poderes na condução dos trabalhos, fato que, paradoxalmente, enfraqueceu a IOCS, por conta de conflitos de interesses diversos que então se estabeleceram. Aarão Reis centralizou as obras contra as secas retirando os encargos dos distritos estaduais em prol da maior liberdade do poder central na condução dos trabalhos. Em meio às tensões, o órgão ganhou novo regulamento em fevereiro de 1915 através do Decreto nº 11.474. Em 1919 uma nova seca pegou os serviços da IOCS parados, agora já sob a administração do engenheiro José Luís Mendes Diniz, que assumira a inspetoria em 1918.

Com a ascensão do paraibano Eptácio Pessoa à presidência da República em julho de 1919, e a recondução de Arrojado Lisboa ao cargo de inspetor-chefe, a IOCS ganhou novo impulso. Ainda em 1919 o órgão passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e ganhou novo regulamento através do Decreto nº 13.687, de 9 de julho. Eptácio Pessoa abriu um avultado crédito para obras contra as secas, que foi chamado de “Caixa das Secas”, a IFOCS retomou o projeto de modernizar os sertões, e várias obras foram encetadas. Foram também definidos os limites espaciais do que se convencionou chamar de Nordeste.

Após a saída de Epitácio Pessoa da presidência da República em novembro de 1922 e a extinção da “Caixa das Secas”, a IFOCS perdeu o impulso anterior, o que fez com que em 1926 Arrojado Lisboa novamente deixasse a direção do órgão. Com a saída de Lisboa, a inspetoria passou às mãos do engenheiro Palhano de Jesus, que assumiu em março de 1927 e ficou até outubro de 1930, fase que é considerada de refluxo da IFOCS, quando o órgão diminuiu sensivelmente suas ações por conta da falta de numerário e ocorreu uma desorganização nas obras.

A IOCS representou um dos restritos espaços em que se produziu conhecimento no Brasil da Primeira República. Entre os vários estudos de caráter científico que a IOCS fez publicar ressaltam: *Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais e do norte do Brasil CE, RN e PB*, de Roderic Crandall (Fortaleza: IOCS, 1910); *Notas botânicas*, de Alberto Lofgren (Fortaleza: IOCS, 1912); *Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1912 apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas pelo subinspetor em exercício José Aires de Sousa* (Rio de Janeiro: IOCS, 1913); *Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1913 apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas pelo inspetor Aarão Reis* (Rio de Janeiro: IOCS, 1914); *Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915 apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas pelo subinspetor em exercício José Aires de Sousa* (Rio de Janeiro: IOCS, 1916); *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* (Rio de Janeiro: IOCS, 1913) e *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará*, ambos de Horatio Small (Rio de Janeiro: IOCS, 1913 e 1914); *Estudo sobre as manobras do estado da Bahia, em relação ao problema das secas*, de Léo Zehntner (Rio de Janeiro: IOCS, 1914); L. SOPPER, Ralph H. *Geologia e suprimento d'água subterrânea em Sergipe e no norte e nordeste da Bahia* (Rio de Janeiro: IFOCS, 1923), de Ralph H. Sopper, e *Notas sobre as medições e descargas de rios*, de Gerald Warring (s.l. e s.d.).

Kleiton de Moraes

FONTES: GUERRA, P. *Civilização*; POMPEU SOBRINHO, T. *História*.

ITABIRA IRON ORE COMPANY

Companhia inglesa de exploração de minério de ferro autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 8.787, de 16 de junho de 1911. Foi dissolvida em consequência do Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, que aprovou os Acordos de Washington, transferindo ao governo brasileiro a posse das minas do município de Itabira do Mato Dentro, hoje Itabira (MG).

FORMAÇÃO

A partir de 1909, quando grupos estrangeiros começaram a adquirir jazidas de minério de ferro no Brasil, a política do governo foi de criar obstáculos para a exportação. Leis e decretos relativos ao ferro foram promulgados, estabelecendo que só poderiam exportar aqueles que transformassem no país parte do minério extraído. Ao mesmo tempo, o governo passou a oferecer uma série de vantagens e favores aos empresários que se tornassem siderurgistas. O objetivo era propiciar, através da exportação do minério, a criação de uma indústria siderúrgica nacional.

Dentro desse quadro, em 1910 a companhia inglesa Brazilian Hematite Syndicate adquiriu uma das maiores jazidas do país, situada em Itabira: estendendo-se por 76 milhões e oitocentos mil metros quadrados, as minas abrigavam uma reserva de minério calculada em mais de um bilhão de toneladas. No ano anterior, a mesma empresa já havia adquirido o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, única via existente para o escoamento do minério do vale do rio Doce para o litoral.

Em 1911, o grupo inglês da Brazilian Hematite organizou a Itabira Iron Ore Co., suscitando desde o início a oposição de vários grupos. Até 1918, contudo, os adversários da Itabira não chegaram a mover uma campanha capaz de mobilizar a opinião pública. Distinguiram-se nessa fase, além de Artur Bernardes, destacado político mineiro, figuras isoladas devotadas aos estudos geológicos e mineralógicos, as quais, através de conferências e artigos na imprensa, defendiam o minério brasileiro como riqueza a ser guardada pelo Brasil para que se evitasse a repetição da história do ouro. Entre outros, incluíram-se nesse grupo Clodomiro de Oliveira, professor de mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto, e os engenheiros Eusébio de Oliveira e Raul Ribeiro da Silva. No Senado, o maior opositor da

Itabira foi Alfredo Ellis. Entre os industriais adversários da companhia inglesa figuravam Jorge Street e Alberto de Faria. Entre os defensores do projeto Itabira destacaram-se João Teixeira Soares, presidente da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e os industriais Deodato Vilela dos Santos, Álvaro Mendes de Oliveira Castro e Pedro Nolasco da Cunha.

O CONTRATO DA ITABIRA

O desenvolvimento da indústria nacional, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, fez com que os produtos siderúrgicos adquirissem grande importância. A discussão sobre a questão siderúrgica ganhou portanto novo impulso, mobilizando os interesses de industriais, técnicos, políticos e intelectuais.

Após assumir a presidência de Minas Gerais em 1918, Artur Bernardes promulgou uma lei majorando o imposto de exportação do minério de ferro para as companhias que visavam apenas à exportação. Ao mesmo tempo, reduziu-o em quase cem vezes para as empresas exportadoras que instalassem em seu estado usinas siderúrgicas.

Em 1919, a Itabira Iron, já então com a participação de capital norte-americano e tendo como representante no Brasil Percival Farquhar, propôs-se construir fábricas de aço e laminação, sem ônus para os cofres públicos, pleiteando por outro lado permissão para exportar minério de ferro em grande quantidade. Esse programa recebeu o apoio do presidente da República Epitácio Pessoa e de seu ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, que viram em sua execução uma forma de implantar a siderurgia nacional.

Assim, em 29 de maio de 1920, o governo brasileiro assinou com a Itabira Iron um contrato pelo qual esta última era autorizada a construir e a explorar altos-fornos de coque, fábricas de aço e trens de laminação, além de duas linhas férreas que ligariam as minas à estrada de ferro Vitória a Minas e de um cais em Santa Cruz (ES), todos privativos da companhia, possuindo este últimas instalações necessárias ao embarque, desembarque e depósito de minérios e produtos das minas. O contrato previa um prazo de 24 meses para o início das obras e de 48 meses para a entrada em funcionamento das novas instalações. Em caso de não cumprimento dos prazos, o governo brasileiro poderia declarar por decreto a caducidade do contrato, não cabendo nenhuma formalidade judicial ou extrajudicial, salvo se a companhia se sujeitasse a pagar uma multa pelo atraso durante até 12 meses, findos os quais a caducidade seria irrevogavelmente declarada. Ainda pelo contrato, as obras do cais

de Santa Cruz reverteriam à União ao fim do prazo de 90 anos, e após 45 anos o governo brasileiro poderia encampar o conjunto das propriedades da companhia.

Após ser assinado, esse contrato foi enviado ao Tribunal de Contas da União, que se recusou a registrá-lo por considerá-lo em desacordo com as normas legislativas. Foi feito um pedido de reconsideração ao tribunal e, diante de nova recusa, o presidente da República mandou executar o contrato, cujo registro foi feito sob protesto. Tornou-se então necessário o pronunciamento do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o contrato da Itabira foi examinado por várias comissões entre 1920 e 1928, quando finalmente foi reconhecida a validade do ato presidencial. Os principais defensores do contrato foram os deputados Cunha Machado, Aristides Rocha, Heitor de Sousa, José Lobo e José Gonçalves. Em 12 de novembro de 1928, pelo Decreto nº 5.568, foi assim legalizado o contrato da Itabira.

Entretanto, esse mesmo contrato entre o governo da União e a Itabira estipulava desde o início que a companhia deveria firmar um segundo contrato, com o governo de Minas Gerais. Esse segundo acordo fora celebrado em 1927, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ficando estabelecido que a Itabira só poderia começar a exportar minério de ferro quando entrasse em funcionamento sua usina siderúrgica. Para instalar a usina, a Itabira obrigara-se a organizar uma companhia nacional, com subscrição preferencial de capitais brasileiros privados ou estatais. Essa companhia não teria direito a nenhum tipo de monopólio na exploração do ferro.

Ao buscar apoio financeiro nos centros europeus e norte-americanos para dar sequência dos empreendimentos previstos, Percival Farquhar não obteve entretanto uma resposta favorável, pois a crise econômica já se manifestava nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Por outro lado, em vista do vencimento do prazo contratual para o início das obras, em maio de 1931 José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas do governo revolucionário de Getúlio Vargas, declarou a caducidade do contrato da Itabira. A companhia requereu uma prorrogação de 12 meses, comprometendo-se a pagar a multa estipulada. Contudo, quando faltavam dois meses para ser novamente declarada a caducidade do acordo, dessa vez em caráter irrevogável, o governo federal criou uma comissão revisora com o objetivo de reexaminar o contrato. Com isso, a Itabira considerou

o processo interrompido e suspendeu o pagamento das duas últimas parcelas da multa a que estava obrigada.

Nesse mesmo momento, o governo federal criou a Comissão Nacional de Siderurgia, com a incumbência de estudar o aproveitamento dos minérios de ferro nacionais tanto na exportação como na implantação de uma indústria siderúrgica em larga escala. A comissão revisora do contrato da Itabira recebeu instruções para se informar sobre a questão siderúrgica em geral junto a essa comissão nacional.

O projeto de contrato elaborado pela comissão revisora acabou por entrar em choque com as conclusões da comissão nacional, o que fez com que o governo nomeasse outro grupo de trabalho para estudar o caso Itabira. Em abril de 1933, foi assim criada a Comissão dos 11, que preparou uma nova minuta de contrato praticamente reafirmando a orientação da comissão revisora. O documento declarava facultativa a construção da usina e a abertura das linhas férreas da Itabira ao tráfego público. Após receber a minuta, o governo enviou-a ao Congresso em maio de 1935. Várias comissões parlamentares opinaram, até que o projeto foi remetido à Comissão de Segurança Nacional. Solicitado por esta última a dar seu parecer, o Estado-Maior do Exército, representado por seu chefe, o general Pais de Andrade, foi contrário à revisão do contrato, considerando que “melhor seria que o governo chamasse a si tão vultoso empreendimento, satisfazendo assim completamente os supremos interesses da defesa nacional”. O Estado-Maior da Armada, chefiado pelo vice-almirante Anfilóquio Reis, apresentou igualmente seu parecer declarando-se contrário ao contrato. As isenções, os privilégios e o monopólio concedidos à Itabira significariam para o Brasil abrir mão de seus direitos de soberania nacional. Para o Conselho do Almirantado, finalmente, a renovação do contrato, permitindo que capitais estrangeiros se estabelecessem no setor siderúrgico nacional, seria uma insensatez.

Por fim, em 18 de junho de 1937, a minuta do novo contrato com a Itabira foi levada ao plenário da Câmara. Durante a sessão, o então deputado Artur Bernardes propôs que o governo declarasse a caducidade do contrato, por ser ele lesivo aos interesses nacionais. Sugeriu também que o governo organizasse no momento oportuno uma sociedade anônima para explorar o transporte do minério de ferro pela ferrovia Vitória-Minas, bem como o cais a ser construído e a frota marítima. O governo subscreveria a maioria das ações, de modo a assegurar o controle da sociedade.

O presidente da Câmara, Pedro Aleixo, retirou o projeto de revisão do contrato da Itabira da ordem do dia, impedindo assim que tanto o projeto como o substitutivo fossem discutidos. Com o fechamento do Congresso pouco depois, no dia 10 de novembro, o projeto acabou por não receber o parecer do plenário.

A DISSOLUÇÃO

Com o encaminhamento dado pelo governo ao problema siderúrgico a partir de 1937, o contrato da Itabira foi declarado irrevogavelmente caduco pelo Decreto nº 1.507, de 11 de agosto de 1939. Embora a Itabira tenha sido mantida, logo depois um grupo de brasileiros constituído por Gastão Vilela, Oliveira Castro, Ribeiro Junqueira, Mário Tibiriçá, Amintas Jaques de Moraes e Atos de Lemos Rache aliou-se a Percival Farquhar para fundar a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, na qual este último detinha 47% das ações. Esse grupo conseguiu incorporar a Companhia Estrada de Ferro Vitória-a-Minas e obteve o arrendamento das minas da Itabira Iron mediante o pagamento de *royalties* pelo prazo de 25 anos. Na verdade, portanto, tanto as jazidas como a ferrovia permaneceram sob o controle de Percival Farquhar.

Finalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra necessitou de uma fonte de emergência para o abastecimento de minério de ferro, as minas da Itabira foram transferidas para o governo brasileiro através dos Acordos de Washington, ratificados pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942. Esse documento legal criou também a empresa de economia mista Companhia Vale do Rio Doce S.A., que, além das minas, adquiriu o acervo da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: ABREU, A.; PROENÇA, M. *Siderurgia*; MARTINS, L. *Politique*..